



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos da Realidade Brasileira

Atena
Editora
Ano 2020



Gustavo Henrique Cepolini Ferreira
(Organizador)

Debates Geográficos **da Realidade Brasileira**

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editores: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof^a Dr^a Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice

Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins

Prof. Dr. Luis Ricardo Fernando da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros

Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão

Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador

Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof^a Dr^a Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof. Me. Heriberto Silva Nunes Bezerra – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof^a Ma. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Prof^a Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Prof^a Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
D286	<p>Debates geográficos da realidade brasileira [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Henrique Cepolini Ferreira. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-65-5706-017-9 DOI 10.22533/at.ed.179200405</p> <p>1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Ferreira, Gustavo Henrique Cepolini.</p> <p style="text-align: right;">CDD 910.03</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

É com imensa satisfação que apresento a Coletânea “Debates Geográficos da Realidade Brasileira”, cuja diversidade teórica e metodológica está assegurada nos capítulos que a compõem. Trata-se de uma representação da ordem de vinte e um capítulos a partir de análises, ensaios, relatos e pesquisas de professores e pesquisadores oriundos de diferentes instituições.

Nesse sentido, ressalta-se a importância da pesquisa científica e os desafios hodiernos para o fomento público na área de Geografia, entre outras áreas afins para debater a função social da ciência geográfica, bem como das Ciências Humanas no cotidiano de um país marcado por inúmeras contradições e desigualdades sob a égide de práticas que violam a nossa jovem democracia.

A Coletânea está organizada a partir de alguns eixos temáticos, quais sejam: Ensino de Geografia, Geografia Agrária, Geografia Urbana e Econômica, Cartografia e Geoecologia, Geografia Cultural e Política e Geografia Regional. Tal diversidade revela a necessidade da Geografia para compreensão, e, sobretudo, transformação da realidade brasileira e suas conexões com o mundo globalizado. Nesse devir, urge refletir e construir teorias que possam desvendar nosso futuro comum.

Assim, os capítulos 1, 2 e 3 versam sobre as possibilidades do Ensino de Geografia, enfatizando respectivamente a Cartografia Tátil, o Trabalho de campo e propostas inclusivas, bem como os desafios do estágio supervisionado na formação do professor de Geografia.

No segundo eixo sobre Geografia Agrária, os capítulos 4, 5 e 6 tratam dos desafios da construção de um Atlas da Questão Agrária Norte Mineira, a formação territorial da Campanha Gaúcha e a Indústria de beneficiamento de arroz no interior do estado de São Paulo.

O terceiro e maior eixo temático da Coletânea, versa os desafios urbanos e econômicos na contemporaneidade, cujas análises estão presentes nos capítulos 7 a 15 a partir dos seguintes subtemas: reestruturação produtiva no Recôncavo baiano, vulnerabilidade e renda familiar na região imediata de Ituiutaba - MG, consumo, comércio e novos empreendimentos em Timon – MA, gestão territorial urbana em Belo Horizonte – MG, subúrbios de Recife-PE, renovação urbana em Paulista-PE, planejamento urbano e participação popular em Teresina-PI, empresas de publicidade e rede urbana no Brasil e a produção territorial-urbana em Oiapoque-AP.

O Capítulo 16 apresenta uma importante e atual análise sobre a Cartografia do feminicídio em Belém-PA, cujos dados versam sobre o período de 2011 a 2018. Já os capítulos 17 e 18 apresentam as Unidades Ambientais em Santa Maria – RS a

partir de uma revisão da sustentabilidade ambiental e urbana e as estratégias para Educação Ambiental em área de risco na Zona Norte de Recife-PE.

Na sequência o capítulo 19 apresenta uma análise sobre o conflito Sírio em consonância com formação territorial e os desafios políticos e o sectarismo religioso. Enquanto o capítulo 20 apresenta um breve relato sobre o divino, o sagrado e o profano e a relação com os rituais africanos nos países do Mercosul. Por fim, no capítulo 21 discute-se o conceito o nordeste brasileiro a partir de um profícuo diálogo com as teorias de Gilberto Freyre.

Esperamos que as análises e contribuições publicadas nessa Coletânea propiciem uma leitura crítica e prazerosa, assim como despertem novos e frutíferos debates para compreensão da Geografia em sintonia com a sua função e responsabilidade socioambiental e territorial para construirmos alternativas para transformar a realidade a partir de uma Geografia socialmente engajada.

Gustavo Henrique Cepolini Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
ENSINO DE GEOGRAFIA PARA DEFICIENTES VISUAIS: CONFEÇÃO DE MAPAS TÁTEIS COM MATERIAIS ACESSÍVEIS E DE BAIXO CUSTO	
Laís Caroline Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.1792004051	
CAPÍTULO 2	15
CONSTRUÇÃO DOS CONHECIMENTOS GEOGRÁFICOS PERMEADO POR TEMÁTICAS INTERDISCIPLINARES E POR PRÁTICAS INCLUSIVAS DE TRABALHO DE CAMPO	
Maria Solange Melo de Sousa Juanice Pereira Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1792004052	
CAPÍTULO 3	29
UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA	
Severino Alves Coutinho	
DOI 10.22533/at.ed.1792004053	
CAPÍTULO 4	37
A CONSTRUÇÃO DO ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NORTE MINEIRA E OS DESAFIOS E DISPUTAS TERRITORIAIS	
Gustavo Henrique Cepolini Ferreira Anderson Willians Bertholi Bruna França Oliveira Tayne Pereira da Cruz Walcricio Martins Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.1792004054	
CAPÍTULO 5	50
TERRITÓRIOS EM CONSTRUÇÃO NOS RINCÕES DO BRASIL MERIDIONAL: DA COLONIALIDADE E SUBALTERNIDADE, ÀS R-EXISTÊNCIAS NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DA CAMPANHA GAÚCHA	
Anderson Luiz Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1792004055	
CAPÍTULO 6	61
“INDÚSTRIAS DE BENEFICIAMENTO DE ARROZ EM SANTA CRUZ DO RIO PARDO E SUAS RELAÇÕES ESPACIAIS”	
Reinaldo Luiz Selani	
DOI 10.22533/at.ed.1792004056	
CAPÍTULO 7	72
DINÂMICA TERRITORIAL E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO RECÔNCAVO BAIANO	
Alessandra Oliveira Teles Wodis Kleber Oliveira Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.1792004057	

CAPÍTULO 8 87

RENDA FAMILIAR NA REGIÃO IMEDIATA DE ITUIUTABA: INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS SOBRE A VULNERABILIDADE SOCIAL

Márcia de Souza Oliveira Paes Leme Alberto

Nélio Paulo Sartini Dutra Júnior

Léia Adriana da Silva Santiago

Lílian Gobbi Dutra Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.1792004058

CAPÍTULO 9 108

SHOPPING CENTER NA AVENIDA PIAUÍ: CONSUMO, COMÉRCIO E NOVOS EMPREENDIMENTOS EM TIMON (MA)

Amanda Maria Pires De Brito

Antônio Cardoso Façanha

DOI 10.22533/at.ed.1792004059

CAPÍTULO 10 120

DEMOCRACIA ELETRÔNICA E GESTÃO TERRITORIAL URBANA EM BELO HORIZONTE-MG

Vandeir Robson da Silva Matias

Matusalém de Brito Duarte

DOI 10.22533/at.ed.17920040510

CAPÍTULO 11 137

DOS ENGENHOS, SÍTIOS E ARRABALDES AO SUDOESTE DO RECIFE CONTEMPORÂNEO

Gabriel Augusto Coêlho de Santana

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040511

CAPÍTULO 12 152

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Everton Barbosa da Luz

Rodrigo Dutra-Gomes

DOI 10.22533/at.ed.17920040512

CAPÍTULO 13 168

NOTAS SOBRE O MODELO DE PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE TERESINA: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Gilson Barbosa de Sousa

Aline de Araújo Lima

DOI 10.22533/at.ed.17920040513

CAPÍTULO 14 179

ESTRATÉGIA E CORRELAÇÕES ENTRE AS EMPRESAS DE PUBLICIDADE E A REDE URBANA BRASILEIRA

Ronaldo Cerqueira Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.17920040514

CAPÍTULO 15	189
REALIDADES FRONTEIRIÇAS: REFLEXOS NA PRODUÇÃO TERRITORIAL-URBANA EM OIAPOQUE – AMAPÁ	
Edenilson Dutra de Moura	
DOI 10.22533/at.ed.17920040515	
CAPÍTULO 16	209
CARTOGRAFIA DO FEMINICÍDIO EM BELÉM-PA: UMA ANÁLISE DOS CASOS REGISTRADOS ENTRE 2011 A 2018	
Tatiane da Silva Rodrigues Tolosa	
Clarina de Cássia da Silva Cavalcante	
Roberto Magno Reis Netto	
Robson Patrick Brito do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.17920040516	
CAPÍTULO 17	219
UNIDADES AMBIENTAIS PARA SANTA MARIA/RS	
Priscila Terra Quesada	
José Manuel Mateo Rodriguez	
DOI 10.22533/at.ed.17920040517	
CAPÍTULO 18	230
PAISAGEM COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE RISCO NA ZONA NORTE DE RECIFE – PE	
Silvana Paula Soares	
Rodrigo Dutra-Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040518	
CAPÍTULO 19	245
O CONFLITO SÍRIO COMO RESULTADO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL: PODER POLÍTICO E SECTARISMO RELIGIOSO	
Leonardo Johas Petrocelli	
DOI 10.22533/at.ed.17920040519	
CAPÍTULO 20	254
OS VÍNCULOS DO CORPO E DA MENTE: O DIVINO, O SAGRADO E O PROFANO E SUAS RELAÇÕES COM OS RITUAIS AFRICANOS EM PAÍSES DO MERCOSUL	
Ivete Maria Soares Ramirez Ramirez	
Maurício Ribeiro da Silva	
Cristina Vieira Barbosa, pedagoga	
Gabrielle Pellucio De Felice Lenci	
DOI 10.22533/at.ed.17920040520	
CAPÍTULO 21	258
A REGIÃO NO NORDESTE BRASILEIRO : DIALÓGOS COM GILBERTO FREYRE	
Marina Loureiro Medeiros	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.17920040521	
SOBRE O ORGANIZADOR	269
ÍNDICE REMISSIVO	270

O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE PAULISTA/PE

Data de aceite: 13/04/2020

Data de submissão: 03/03/2020

Everton Barbosa da Luz

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE, Recife – PE
<https://orcid.org/0000-0002-2558-6031>

Rodrigo Dutra-Gomes

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGEO da Universidade Federal de Pernambuco / UFPE/ Recife – PE
<http://lattes.cnpq.br/1899143196478529>

RESUMO: A produção do espaço urbano das áreas centrais do município de Paulista está ocorrendo sob a ótica do processo de renovação urbana, especialmente, no centro político e econômico, pela inserção do empreendimento estabelecido no Plano Diretor (2012-2020) da cidade, intitulado a Nova Paulista. Procuramos aqui destacar as formas com que o capital privado tem se apropriado das características do urbano para a valorização dos seus empreendimentos, formulando discursos que alteram as relações estabelecidas no espaço, de forma que constantemente esses espaços são ressignificados; como é o caso do uso dos Patrimônios Históricos e fetiches pelos Espaços Verdes. Como protagonistas desse processo

urbano temos uma coalizão entre corporações privadas e o Estado e, de outro lado, a sociedade. Desta forma, propõe-se discutir as relações entre a renovação urbana e a produção de valor do espaço por meio dos seus atributos materiais e imateriais, tal como concebida por Harvey (1984), colocando-a em diálogo com as contribuições de Santos (2006), Vargas e Castilho (2006) sobre as ressignificações do uso. Assim, a investigação parte de um evento ocorrido, no caso, o fechamento das fábricas têxteis de Paulista/PE (1990), resultando na produção de áreas ociosas no centro da cidade. **PALAVRA-CHAVE:** Produção do espaço; Renovação urbana; Valorização das raridades urbanas.

ABSTRACT: The production of the urban area of the central areas of the municipality of Paulista is occurring in the perspective of the process of urban renewal, especially in the political and economic center, by the insertion of the new Paulista enterprise. We seek here to highlight the ways in which private capital is appropriate to the characteristics of the urban for the appreciation of its enterprises, formulating speeches that alter the relationships established in space, so that constantly these Spaces are remeanded; As is the case with the use of historical heritage and fetishes for the green spaces. As protagonists of this process

we have a coalition between, on one side, companies and state and, on the other, society. In this way, it is proposed to discuss the relations between urban renewal and the production of value of space by means of its material and immaterial attributes, as designed by Harvey (1984), placing it in dialogue with the contributions of Santos (2006), Vargas and Castilho (2006) on the remeanings of use. Thus, the investigation part of an event occurred, in the case, the closure of the factories textile de Paulista/PE (1990), resulting in the production of idle areas in the center of the city.

KEYWORDS: Space production; Urban renewal; Valorization of urban rarities.

1 | INTRODUÇÃO

As produções dos espaços urbanos centrais, assim como na lógica de valorização das mercadorias, são criadas em diferentes contextos e dinâmicas. As mercadorias não são vendidas apenas por suas características, mas sim pela estética e valores apresentados na embalagem, pagos pelo consumidor final (BARBOSA, p. 18, 2014). É com este olhar que é feita a análise do centro de Paulista, o qual, o foco está nos processos que envolvem a renovação do espaço e sua valorização em diferentes usos do solo. Regido sob a ótica de valorização da mercadoria, tais processos obrigam certos espaços a cumprirem suas exigências. Nesta situação, o Estado centraliza suas ações na tentativa de causar mudanças nas percepções sobre o que é um ambiente urbano desejável, exemplificadas nas transformações municipais e na busca por justificar a substituição arquitetônica e cultural que estes desempenham no decorrer da história da cidade, como justificativa instrumental de sua modernização.

A princípio, o processo parece comum, decorrente de aspectos como a modernização da cidade, a (re) produção do espaço urbano pelo setor imobiliário, a valorização fundiária através das características materiais e imateriais, as segregações socioespaciais, sendo interpretada como algo inerente a própria condição. Porém, no centro de Paulista, a distribuição e o zoneamento do espaço sempre foram regidos sob a perspectiva de preservação da identidade local e o atendimento de serviços básicos a sociedade, posto que seus interesses passaram a mudar com a nova gestão pública do Prefeito vigente (2012-2020), em atribuições e estrutura, sob a égide governamental do poder que estavam submetidos, o capital privado.

O começo dessa história (1904) inicia-se com a compra da fábrica pela família Lundgren – que fizera fortuna com atividades logísticas no porto de Recife na segunda metade do século XIX. A cidade foi se transformando com as instalações das vilas operárias e núcleos fabris, resultado da coalizão empresa e Estado, e teve o seu maior crescimento entre os anos de 1930 até o início dos anos 50 (ponto

máximo da indústria têxtil de algodão no Brasil). Foi só no fim da década de 50, com o aparecimento de um polo dominante em São Paulo, que o mercado se tornou mais competitivo para indústria têxtil em Pernambuco, acarretando instabilidades na produção de tecidos. Na tentativa de retrocederem ao fechamento das fábricas e saída dos operários, investimentos em novos equipamentos foram realizados pelo Estado, esta modernização prolongou a vida da companhia, no seu local fabril, em torno de vinte anos.

Por fim, 1983 marca o ano em que a empresa atravessou diversas crises, com interrupções e retomadas de produção, até definitivamente fechar as portas nos anos 90 e vender grande parte de suas propriedades para a cidade Paulista, que produziu diversos conjuntos habitacionais. Desta maneira, a cidade de Paulista sofreu com as perdas de suas características de agrupamento industrial para transformar-se em mais uma cidade-dormitório dentre outras na região metropolitana do Recife.

Essa característica da cidade resultou na necessidade de expansão e renovação urbana do centro de Paulista, ampliando-se para os grandes terrenos de origem industriais (disponíveis desde o fechamento das fábricas) bem como áreas que nunca foram edificadas (com cobertura vegetal). Comandada pela coalizão atual das empresas de serviços imobiliários e o Estado, a saber, Parceria Pública Privada – PPP adaptou-se as normas para as realizações dos projetos empresariais. Isso resultou no financiamento, sobretudo das infraestruturas, como é o caso do novo projeto da cidade intitulado: “A Nova Paulista”. Geraram-se, então, novas materialidades e possibilidades de consumo e uso do centro. Em contrapartida a essa renovação – que tem “ressignificado” e dinamizado o espaço urbano do centro de Paulista –, está o enfraquecimento da memória (heranças) e o desaparecimento dos sujeitos que representem as materialidades históricas da cidade, que busca novos consumidores para o seu espaço hierarquizado.

Sendo assim, este estudo diz a respeito, sobre a renovação urbana na área central de Paulista/PE – o centro político e econômico do município. Aborda o espaço como conjunto interativo das relações de valorização da mercadoria com os atributos particulares do lugar, criando áreas especiais no acesso a serviços básicos. Enquanto outras áreas são segregadas em função das construções desses grandes projetos, que descontrolam o meio ambiente para transforma-lo em artificial, trazem riscos as comunidades que residem próximos a esses grandes projetos.

Nesse cenário atual, o setor imobiliário, residencial e de serviços adentram, cada vez mais rapidamente, com a narrativa de um novo município, passando a se materializar através da substituição e valorização das áreas Históricas e Ambientais. Na medida em que as relações privadas estabelecem um conjunto de processos que definem o papel do poder público, legitimam a organização do território, as relações da sociedade e constituem regras de produção para a cidade. As intervenções privadas

se apropriam de dois aspectos importantes para produção de valor de troca, (1) dos elementos arquitetônicos, históricos, culturais e (2) das áreas ambientais (verde) com o intuito de, por um lado, tornar mais valorizado o que o espaço já possui, como a as memórias afetivas do lugar, por outro, o exclusivo acesso ao meio ambiente. Com isso, a regulamentação do desenvolvimento urbano sobre o que consideram o ideal de cidade, se válida de mecanismos de controles das práticas de construção urbana e das relações da sociedade; dividindo o espaço a partir do apoderamento das corporações.

A nova dinâmica proposta para a Nova Paulista, com variados serviços, símbolos e logotipos diferentes suscitam alguns questionamentos. Se, num mesmo ambiente todos os produtos apresentam similaridades de ofertas e preços, porque determinado sujeito compra uma marca específica? Porque ele escolhe por esta e não aquela marca? Significa que o custo para obter tal mercadoria, seja ela um lote de terra ou um serviço ofertado é o fator importante no momento da aquisição? E as características qualitativas, são os fatores concernentes a uma decisão final de compra?

Do ponto de vista do mercado, onde a lógica é a produção final de mais capital, o setor privado com todos os seus mecanismos de propaganda se aproveita de toda singularidade do espaço para mercantilizá-lo. Com a reprodução do espaço urbano central de Paulista, um conjunto de atividades econômicas nos setores habitacionais e de serviço se beneficia dos atributos locais, como os Patrimônios Históricos e áreas verdes, passando a construir um espaço sob a égide exclusivista, que separa as classes sociais de acordo com o poder de compra que cada uma possui, o que veremos no tópico à seguir.

2 | O PROCESSO DE RENOVAÇÃO URBANA E RESSIGNIFICAÇÃO DO USO DO CENTRO DA CIDADE DO PAULISTA – PE

Estudos que retratam sobre os produtos imobiliários e os espaços gerados podem ser norteados por diversos aportes e abordagens. Com essa finalidade, observa-se que a compreensão das contradições socioespaciais ligadas à produção e ao valor que é agregado ao espaço, se utiliza tanto de reflexões sobre objetos materiais quanto imateriais, podendo, no primeiro caso, ser explorada com referência nas proposições marxistas da produção do espaço. Tal abordagem dará suporte na discussão teórica sobre a produção do espaço e as relações com a sociedade mediante a renovação urbana da cidade. Espaço este que, sob este viés, não é um conjunto de coisas, porém, é um produto que é cheio de peculiaridades históricas que estão associadas ao processo de acumulação do capital (LEFEBVRE, 2007; CARLOS, 2001; 2011). David Harvey em suas concepções sobre a renovação do

espaço afirma que:

A lógica “pós-moderna” presente nos projetos urbanísticos de renovação não representa, uma ruptura histórica significativa com a modernidade, mas sim uma etapa cultural representativa do capitalismo de acumulação flexível. Em outras palavras, significa uma Destruição Criativa, isto é, o novo tem de ser construído a partir das cinzas do antigo. (HARVEY, 2006, p. 69-96)

Nesta perspectiva, as transformações que ocorrem no setor imobiliário trazem consigo não apenas mudanças na paisagem do espaço, mas uma dinâmica de acumulação de capital e expansão territorial que constituem o processo de “destruição criativa”. Ciente da necessidade de conquistar novos mercados, lançar novos produtos ou apresentar novas soluções o setor imobiliário se envolve na participação de domínios territoriais que produzem e expandem a cidade a tal maneira que modifique a percepção espacial dos elementos que compõem o espaço, mesmo que isso signifique a inclusão das contradições relativas a essas modificações. De acordo com Harvey (2004), isto acontece por conta das crises cíclicas de superacumulação, que fazem com que o capital busque novos lugares para se acomodar ou destrua os já existentes, ser ao mesmo tempo descritivamente criativo que significa ser criativamente destrutivo.

Parte-se do pressuposto que, em centros urbanos o modo de produção capitalista esteja em um contexto de acumulação flexível, não apenas por serem centros comerciais e políticos, no entanto por serem espaços estratégicos. Desta maneira tanto a reprodução social quanto o acúmulo e valorização do capital, por mais que apresentem um modo de produção aparentemente neutro em suas mudanças, apenas estão cumprindo seus papéis no funcionamento do processo. Sendo assim, como assegura Harvey (2005), “a acumulação é o motor cuja potência está em sua maior utilização no modo de produção capitalista”. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e expansível, esse sistema cria uma forma revolucionária duradoura, que, progressivamente reforma o mundo ao qual vivemos.

Para Lefebvre (2008, 192 p.), o espaço se tornou instrumental. Lugar e meio onde as estratégias se desenvolvem, onde elas se enfrentam, há muito tempo, o espaço deixou de ser geométrica e geograficamente neutro. Portanto, o espaço não é neutro e nem possui uma postura inofensiva; pelo contrário está – como acredita Lefebvre – sendo cada vez mais instrumentalizado. Passa a ser estratégico por estar ganhando novas formas, conteúdos e significados no seu modo de transformar, composto de intencionalidade para ser empregado como recurso para alcançar a dominação. Por fim, o espaço produzido é, logo, o espaço projetado.

Nesta perspectiva, o espaço não é um simples ‘produto da sociedade’, por conseguinte não se trata apenas de um produto manufaturado como outro qualquer, nem um conjunto de materiais. A principal ideia é que as reproduções das relações

sociais estão ligadas a produção do espaço. Sua produção abrange não apenas a (re) produção de estruturas físicas, de valores e mercadorias de diversos seguimentos, mas também elementos imateriais e, que não estão apenas ligados aos assuntos estreitamente econômicos, mas que são apropriados por ele e ganham valor de troca; estando assim, necessariamente, condicionado ao planejamento dos agentes produtores do espaço.

Partindo da consideração que a concepção da produção do espaço vai mais além do que a produção econômica, e está ligada ao reconhecimento das características intangíveis tais como sentimentos, sonhos, realizações e necessidades. Nesse nexos, a produção do espaço está cheio de características subjetivas que carregam consigo a identidade do espaço, o diferenciando em algum ponto de outras cidades, de outros centros. Essas particularidades estão impregnadas nas representações de poder que ministram as transformações, a reputação da sociedade e a riqueza que a cidade possuiu, aproveitando as cinzas da destruição criativa para renovar o espaço.

Nesse mesmo contexto, a utilização dessas representações para a valorização do espaço urbano traz consigo o discurso de pertencimento do cidadão ao lugar, onde são traçadas estratégias que o identifique como conectados a determinado espaço. Isso é o que acontece com as propostas mercadológicas por setores imobiliários e de serviços, a exemplo o marketing do centro da cidade de Paulista, onde captura-se tanto aspectos históricos na forma dos patrimônios quanto na fetichização da natureza por meio das reservas ambientais. Contudo, as mudanças que ocorrem na produção do espaço carregam também representações de negatividade que acabam por segregar espaços que não se enquadram as novas modelagens do centro da cidade. São desigualdades e dinâmicas contraditórias que se sucedem do centro até suas bordas.

De acordo com essa perspectiva, o espaço ao qual se localiza o centro da cidade de Paulista vem se transformando. Os veículos de propaganda articulam sobre as mudanças do espaço urbano, e tratam esse acontecimento como um marco da cidade, levando ao crédito de que era isso que faltava para o centro econômico e político de Paulista para se tornar atrativo como outros centros da Região Metropolitana do Recife – RMR.

A relação dialética entre o espaço mental, que é o espaço vinculado a prática, e o espaço social (projetado, construído, produzido) é essencialmente vista nesse caso, divulgado como promovedor de grandes melhorias que partem desde o centro da cidade até as bordas intraurbanas. E essa percepção não é algo único e exclusivo de empreendimentos imobiliários, residencial e de serviços, mas também de grandes mídias de circulação e até mesmo do poder público. Sendo assim, o processo ao qual o setor imobiliário se valoriza é por meio do espaço construído, que está conectado

com a imaterialidade do espaço, o tornando assim mais valorizado economicamente. Para Lefebvre (1999b, p. 44)

A produção do espaço não se limitaria apenas à produção física do capital, mas inclui também a produção da (s) forma (s) de vida da (s) pessoa (s), com suas ideias e representações, pois “A produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção de ideias, das representações, da linguagem. (...) Os homens produzem as representações, as ideias, mas são ‘os homens reais, ativos’”

Tal importância das produções das formas de vida para os empreendedores assegura que a atualização do espaço construído é uma “garantia dos agentes que produzem o espaço, de que a reprodução/acumulação do capital aconteça, por conta das relações de produção que a sociedade tem com o espaço. Por conta disso, é que a expressão da sociedade se dá pela sua ativa aproximação com as transformações e contradições geradas no seu *habitat*. Como produtor de contradições, o setor imobiliário com participação efetiva do Estado, (re) produz o seu centro econômico, argumentos de dispersão dessas transformações para as bordas do município. No entanto tudo que se pode ver é o gerar de conglomerados de condomínios e serviços para abastecer a lógica da propriedade privada. E é com essa dinâmica que acontece a transformação do espaço pela agregação de valor, pelos valores imateriais que o espaço vivido possui, tornando o espaço como valor de troca tal como comenta Alvarez (2013, p. 113-120):

[...] o que parece estar posto vem a ser o domínio quase absoluto do mercado, em busca de efetivar a cidade como valor de troca, a partir de usos produtivos, mas direcionando seletivamente os investimentos, uma vez que a lógica é que a produção do “novo” na cidade, ou a sua reprodução, constitua, antes de tudo, reprodução do capital. [...] o processo conduz à seletividade dos investimentos e dos sujeitos que se quer atrair para estas áreas.

Na busca pela atração de novos consumidores, o espaço é tratado como mercadoria, sob a lógica do capital. A necessidade humana do acúmulo de capital tornou o espaço urbano central uma espécie de especiaria bastante concorrida, e as grandes empresas capitalistas são os agentes moduladores que mais são ativos na disputa. O processo da criação de valor está relacionado com a intimidade com que os bens materiais e imateriais se intercalam. Acreditando assim que para compreensão das mudanças socioespaciais urbanas estão ligadas as questões do valor de uso e do valor de troca e como se relacionam.

A partir dessa relação mútua, o espaço urbano central passa a se estruturar em um conjunto de instrumentos imobiliários, que é de vital importância para que o motor do capital comece a trabalhar, sendo onde diversas atividades da dinâmica do capital (ou boa parte) se realize. É a criação e produção de novos espaços

que mantém a engrenagem da circulação do capital, assegurando a mais-valia da mercadoria. Isso não significa uma tarefa fácil, pois a lógica do capital está pautada na circulação rápida de recursos, mas os imóveis possuem particularidades, que por mais que seja lenta a sua produção e tenha custos elevados, tem sua longevidade garantida, fazendo com que seu valor não decline.

A importância de tais características dos bens imóveis sobre a terra abrange melhorias que as suas transformações exercem sobre a infraestrutura do espaço com fins industriais, comerciais e residenciais; possuindo ainda um mercado pautado em leis típicas de apoio a essas transformações. Essas contribuições não podem ser dissociadas das relações que o capital acaba tendo com o setor público, justamente pelo produto social que o capitalismo gera com os imóveis construídos, que acaba não podendo se separar de parcerias econômicas, políticas e culturais para com o Estado. Por isso, as tensões do Estado, que mesmo com o papel de agente construtor, age mais como fiscalizador do uso do solo da produção imobiliária do que de agente hegemônico, implicando assim nas contradições advindas dessas relações, que favorece, em consequência, a supervalorização do espaço. O que dá ao Estado uma tonalidade de agente construtor que direciona o espaço para o exclusivismo.

De acordo com essa valorização, percebe-se que o valor de uso e o valor de troca estão sob as faces de uma mesma moeda, na medida em que trabalham juntos no movimento de apropriação de dominação espacial, que acaba de ser destruído para ser renovado, carregam consigo uma importante contradição, isto é, o fato de o uso ser um possível meio para proporcionar a troca. Nesse Decurso, em termos gerais,

O impulso motivador e o objetivo determinante de cada parte presente na troca de duas mercadorias são a necessidade de possuir o valor de uso da mercadoria da outra parte envolvida. Ao mesmo tempo, a própria mercadoria, e com ela a necessidade alheia, é somente um meio para atingir um fim. O objetivo de um é, por sua vez, o meio do outro para chegar ao próprio fim por meio da troca. Assim, num único ato de troca defrontam-se duas vezes duas perspectivas opostas. Ambas assumem tanto a perspectiva do valor de troca, quanto uma determinada perspectiva do valor de uso. A cada perspectiva do valor de uso opõe-se uma perspectiva do valor de troca, pela qual ela é possivelmente enganada (HAUG, 1997, p. 24-25).

Assim, ao utilizar essa abordagem, é possível observar que, para que haja o desenvolvimento das perspectivas de valor de uso é necessária uma localização apropriada. De acordo com Ribeiro (1982, p.35), para o empreendimento industrial de Construção Civil, a localização do espaço é essencial, pois “expressa à escolha de uma marca que lhe conceda elevar ao máximo o valor de uso complexo”, o que permite a possibilidade de investimentos de patrocinadores. Leva-se em consideração

que o resultado esperado pelos empreendedores é lucro, a utilização do valor de uso para valorização das mercadorias e não a realização das melhorias sociais. Isto implica dizer que os agentes da produção imobiliária estão voltados para renovação urbana por conta do lucro que a destruição criativa lhes garante, e para o quebrar da resistência do seu próprio sistema que é um processo antagônico e dialético.

Essa relação da produção capitalista necessita de novas localizações para a ampliação urbana ou de lugares que necessitem da reprodução do meio-técnico-científico, como o caso das áreas centrais urbanas, onde há terrenos ociosos, e que se faz cômodo a remodelação do espaço por meio da implantação de novos empreendimentos que darão luz a novos projetos de edificações. Conforme a tecnologia se perpassa pelos anos, o capital cria um ciclo automático de construção-desconstrução reconstruindo assim sempre o ambiente projetado, a renovação urbana e a destruição criativa. Sendo assim, o espaço percebido sempre ficará à mercê dos agentes construtores com fins de legitimar e justificar a necessidade de se modernizar, trazendo assim para o capital o dever de iniciar um novo ciclo de transformações sempre que lhe for conveniente (BARBOSA, 2014, p, 99).

Por sua vez, o Estado como regulador (fiscalizador) das transformações realizadas pelo setor imobiliário entra na discussão sobre a cidade, (ARANTES, 2000, p. 11), agregando a definição de *gerenciamento* ao planejamento urbano, pondo em questão a situação em que as transformações urbanas estão sendo reestruturadas no centro da cidade. Sob tal enfoque, as cidades são obtidas como grandes centros comerciais que detêm tanto poder político quanto poder econômico para a gestão da dinâmica do capital, o que faculta uma relação entre as produções urbanas espaciais locais e regionais.

Para o capital, parte-se do pressuposto que a cidade ideal, é produtiva, integralizada e conectada com as redes de negócios e fins econômicos, e acima de tudo competitiva, trazendo consigo o novo conceito de planejamento urbano por seus idealistas e agências privados que o fomenta. A lógica do mercado subordinaria o governo da cidade construída e percebida como uma empresa voltada a produtividade e competitividade, sendo assim uma nova forma de imaginar o urbano por esses elementos que o dominam, levando ao que Harvey invocou de *empresariamento da gestão urbana* (HARVEY, 1996).

Contudo, o discurso de renovação da paisagem urbana (revitalização) na sociedade capitalista permite uma visão melhor, do que a cidade poderia se tornar (centro político e econômico). Isso resultaria por sinal em diversas dinâmicas que atrairiam mais investimentos por meio da competitividade inserida na produção do espaço. O discurso de legitimação para tais mudanças é única e exclusivamente voltado para as melhorias socioespaciais e ambientais, visando criação de novos empregos, revitalização da cultura da cidade, preservação dos patrimônios históricos

(identidade da cidade), cuidado com áreas ambientais “protegidas” pelo CPRH e modernização da infraestrutura central.

Por isso, a produção do setor imobiliário é realizada em função e estudo prévio daqueles que podem comprar suas mercadorias, nem sempre realizado para quem necessita de moradia (COSTA, 1983). No entanto, encontra-se divergência quanto ao do tipo de consumidor, ao produto oferecido a este mercado e de como é construído as mercadorias cheias de representações, correspondente a que tipo de consumidor o mercado quer abarcar. Segundo LUCENA (1985, p.27): “os diferentes preços assumidos pelos diversos tipos de habitação mostram que a habitação deve ser composta de um número finito de características que os indivíduos valorizam diferenciadamente(...)”.

Nesse sentido, a omissa maneira de governar do Estado não pode se basear apenas no agenciamento de negócios e investimentos, porque o gerir do planejamento urbano traz apenas consigo o agravar dos problemas urbanos, segregação e desigualdade sociais que acabam por se orquestrar com a dominação do capital por meio das grandes corporações nessa área central de dominação da cidade. O processo de globalização e fragmentação vem questionando a qualificação¹ por meio de planejamento urbano nas entrelinhas do desenvolvimento da cidade, indo de contra aos próprios direitos instituídos por ela, que significa uma constituição ou reconstituição de um espaço-temporal, um local ao qual possa se reunir junto à sua identidade, ao invés da promoção da fragmentação social.

A flexibilização ao qual o Estado permite com que o setor imobiliário transforme o espaço urbano, no caso do centro de Paulista, lhe permite a captação de recursos simbólicos como é o caso do pertencimento da população local para com os espaços de patrimônios históricos, que revelam a identidade do espaço representado, ou o caso dos recursos naturais, usados como fetiches em um mundo globalizado que parece cada vez mais tecnológico e possuído pelo concreto, tornando, neste caso, o verde, uma raridade a que se quer possuir, agregando assim essas características usadas pelos empreendedores como valorização urbana do espaço vendido.

A potencialização dessas características torna os imóveis enquanto mercadorias mais fáceis de serem comercializados a um público novo. Neste momento, destaca-se a habilidade do mercado imobiliário em organizar as habitações e como se relacionam com os agentes de produção, tirando proveito da governança do Estado de forma a obter mais lucros. Para SMOLKA (1983, p.205), uma das características do incorporador imobiliário é “a de promover o empreendimento certo, no lugar certo, para o consumidor certo”.

No atual contexto vivenciado pelo centro da cidade de Paulista, o centro é

¹ Entende-se por “necessidade de qualificação do espaço urbano” a busca por um espaço tecnicamente organizado e socialmente mais justo.

concebido como lugar onde se reúne não apenas os poderes políticos que regem a estrutura do município, mas também toda uma dinâmica imobiliária e de serviços que perpassam a obtenção de lucros. Por isso as atuações corporativas capitalistas promovem a produção/consumo do espaço nos centros municipais, justo pela oferta quantitativa/qualitativa que circula nos centros econômicos.

A cidade, mais ou menos estilhaçada em subúrbios, em periferias, em aglomerações satélites, torna-se ao mesmo tempo centro de poder e fonte de lucros imensos. A aglomeração urbana deixou de ser tecida intersticial contexto passivo das grandes empresas: ela literalmente faz parte delas; ela fornece os múltiplos serviços, transportes e subcontratações das quais essas empresas não podem prescindir. Há, na cidade moderna, um verdadeiro consumo produtivo do espaço, dos meios de transportes, das edificações, das vias e ruas (LEFEBVRE, 2008, p. 155).

Em tal ponto, o capitalismo atua de forma intensa e estridente em áreas urbanas centrais, afim que todas as suas funções se reproduzam neste espaço e chegue até a sociedade, que é o alvo de maior consumo de mercadorias. Suas proporções são tão contundentes ao ponto que todos os detalhes que somam a valorização de um produto são utilizados para alcançar a sociedade que o próprio produz e consome, e não chega a ser curioso, que os projetos imobiliários iniciados vão se repetindo ao longo do espaço urbano da cidade, tentando homogeneizar a forma como o capital se reproduz.

E mesmo havendo um regulador do espaço, o Estado por sua vez, deixa seu papel de agente de uso e ocupação do solo, para direcionar as transformações do espaço urbano para o exclusivismo e produção do capital; e não um agente promovedor das igualdades do acesso ao espaço, deixando assim expressos e visíveis às contradições que permeiam a sua volta.

Observa-se então o quanto privilegiado é uma localização para a sociedade capitalista, o quanto mais acessos e permissões as transformações da infraestrutura forem dadas, mais será utilizado de todo seu entorno, características materiais e imateriais, irão influir sobre o preço da terra que é vendido. Assim como afirmam RIBEIRO e CARDOSO (1996, p. 23) “A terra terá seu preço regulado pelas condições de competição entre os vários capitais e pelas possibilidades de lucratividade propiciadas pelas diversas localizações no espaço urbano”.

Com essa resoluta situação, a reprodução do espaço central mostra qual a sua verdadeira intenção, que é uma integralização mundial, e na mesma face, um segregador da realidade do local, gerando por si só desigualdade na sua seleção de classes que podem usufruir do seu sistema. SANTOS (1997a) “argumentando sobre a verticalidade, “afirma que a gerência das ações tomadas na produção do espaço se tem por chefia as grandes empreiteiras, integrando assim diferentes realidades a contextos totalmente diferentes”; sendo uma lógica permanentemente seguida

pelo mercado financeiro mundial. Esse abrupto apoderamento privado tem como resultado a fragmentação do espaço urbano, tornando as paisagens cada mais diferentes do seu comum.

Diante da apropriação desses fatores, o poder público tem incentivado as transformações nas áreas urbanas centrais, como é o caso da cidade de Paulista, que contém todo um aparato histórico e cultural, repleto de reservas ambientais; todos transformados em recursos para a produção de valor do espaço, atribuído ao conceito de 'novo', construído a partir das cinzas do velho, que a cidade tem tentado alcançar sua renovação urbana. Por isso a rede de informações comercial é lotada de ideias, representações e linguagens que expressam a necessidade de adquirir determinada mercadoria, seja ela um serviço ou uma habitação. A cidade passa a se render aos interesses econômicos dos agentes produtores ou grupos sociais, que (re) estabelecem sua produção com o intuito de produzir as ideias do ser humano, que acabam se tornando uma etapa do produto. A respeito disso, Lefebvre comenta que (1999, p.44):

[...] a produção em sentido amplo (produção do ser humano por ele mesmo) implica e compreende a produção das ideias, das representações, da linguagem. Intimamente misturada à atividade material e ao comércio material dos homens, ela é a linguagem da vida real. Os homens produzem as representações, as ideias, mas são os homens reais, ativos. Assim, a produção não deixa nada fora dela, nada do que é humano. O mental, o intelectual, o que passa pelo "espiritual" e o que a filosofia toma como seu domínio próprio, são "produtos" como o resto. Há produção das representações, das ideias, das verdades, assim como das ilusões e dos erros.

Assim torna-se claro a importância da história sobre os fatos, métodos e técnicas usadas para produção do espaço urbano, quando Lefebvre descreve (1991), a responsabilidade das relações socioespaciais pela materialização do espaço por meio dos processos históricos, visto que

se se considera a cidade como obra de certos "agentes" históricos e sociais, isto leva a distinguir a ação e o resultado, o grupo (ou os grupos) e seu "produto". Sem com isso separá-los. Não há obra sem sucessão regulamentada de atos e de ações, de decisões e de condutas, sem mensagens e sem códigos. Tampouco há obra sem coisas, sem uma matéria a ser modelada, sem uma realidade prático-sensível, sem um lugar, uma "natureza", um campo e um meio (LEFEBVRE, 1991, p.48).

Sob essa perspectiva da organização dos centros urbanos e da cidade, é importante ressaltar que, segundo Lefebvre (1991), está relacionada à forma de organização e a como esta área se produz socialmente. O espaço passa a ser um reflexo da construção que a sociedade desenvolve por meio dos conflitos entre grupos e apropriação, de certo uma disputa econômica pela dominação hegemônica. E são pelos diversos significados que Paulista possui no espaço, que a intensificação das

formações urbanas assume funções estratégicas para barganhar com a sociedade, atraindo assim a valorização dos imóveis por imaterialidades que o próprio espaço possui fato que em outros períodos históricos não tinham sido enaltecidos.

Na cidade de Paulista, o perfil das empresas de capital alocadas no espaço com atuação no setor imobiliário, residencial e de serviços expressam, em primeira instância, estas características. São corporações fundamentadas na estruturação vertical das habitações, imprimindo uma nova dinâmica para a cidade, com o intuito de se integrar a estrutura da sua RMR. Acontece uma forte produção de obras públicas que desencadeiam empreendimentos em formato de condomínios e residências voltados para obtenção de maior lucro, um remodelamento do espaço, que antes possuía áreas disponíveis (destruídas, desde então), e agora está sendo 'renovado'.

A construção do espaço no bairro Centro do Paulista teve relação direta com os diferentes setores econômicos que lá atuaram. Desde a agricultura do antigo engenho de Manuel Navarro, passando pelo setor industrial têxtil, até a atual atividade econômica de serviços, a cidade vinha numa constante transformação em relação ao seu principal agente modificador do espaço, os proprietários industriais.

Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores de espaço. Necessitam de terrenos amplos e baratos que satisfaçam requisitos locais pertinentes às atividades de suas empresas – junto ao porto, às vias férreas ou em locais de ampla acessibilidade à população etc. A terra urbana tem assim, em princípio, um duplo papel: O de suporte físico e o de expressar diferencialmente requisitos locais específicos às atividades. (CORRÊA, 1989, p. 13)

Os grandes proprietários que se adaptaram as mudanças mercadológicas do espaço implantaram novos serviços que já eram realidades em outras áreas. Deu-se seguimento então a desconstrução da atividade agrícola como a mais importante na cidade, motivo ligado às inovações tecnológicas que estavam chegando ao país. A outra atividade econômica que passou a atuar na cidade, a indústria têxtil, mais precisamente a Companhia de Tecidos Paulista (CTP), para atender as suas necessidades, introduziu muitas novas estruturas ao território. Assim, tendo uma enorme influência no processo de produção do espaço do Centro de Paulista, sobre o comando da Família Lundgren, a qual detinha as posses de mais de 90 % da terra.

Tendo sido fundada nos primeiros anos da década de 90 do século passado por sobre a área de um antigo engenho e tendo sido adquirido desde 1904 o seu controle acionário pela família Lundgren que a expandiu nos anos 10 e 20 com novas máquinas e através da ligação direta da fábrica a uma rede varejista de lojas, que se espalham pelo Nordeste e depois pelo país, a CTP possui nos anos 50 uma vila operária de aproximadamente 6.000 casas que coincide com a cidade-sede do município de Paulista, cuja área, de resto, esta companhia controla territorialmente na sua quase totalidade. A fábrica e a vila operariam de Paulista, distante apenas 20

km do Recife, mas conseguindo manter seu isolamento até os anos 50 e 60 através do seu monopólio territorial, distingue-se assim por esta superposição entre uma unidade econômica de atividades fabris e agrícolas centralizadas e uma unidade político-administrativa que vem assim notabilizar a concentração de poderes do capital industrial e da propriedade territorial nas mesmas mãos. (LEWIS, 2014)

Numa forma de tomar as coisas para si, essa atitude é classificada por Carlos (2011, p. 38-45) como uma “prática essencialmente humana”. Tudo aquilo que está a sua volta, é transformado como “um objeto que lhe é pessoal”, e o homem se apropria de tudo, envolvendo suas regras e formas em tempos e espaços determinados. De acordo com a autora, o habitar está relacionado com a apropriação que homem possui das coisas ao seu redor. É por meio do espaço das relações que o seu dia-a-dia são estabelecidos, bem como os significados simbólicos com o lugar e as pessoas. Por meio destes usos que se concebe a “construção da memória e da identidade”, e a que se vincula a importância do patrimônio Cultural, constituído pelo Patrimônio Imaterial e Arquitetônico.

Sob a perspectiva progressista onde tudo que é “novo é melhor que o antigo”, novas funcionalidades são instauradas na cidade de Paulista, foram colocados de lado as antigas práticas e habitações que fizeram parte da rotina tradicional do indivíduo, forçando-o a mudar de hábitos. Com isso, a busca por tomar mais coisas para si acaba bloqueando uma *construção da identidade*, vínculos e relações sociais, tornando apenas a produção pela produção do espaço o caracterizando como um lugar de conquistas e controle, dividindo assim a sociedade em uma hierarquia social de quem possui mais. Transformando a identidade do local e seus patrimônios enquanto moeda de troca por mais valor.

3 | CONCLUSÃO

Atividades de cunho econômico e os empreendimentos que tem como função a habitação precisam de um espaço dinâmico para sua expansão, por isso, a procura por espaços urbanos disponíveis é um processo constante. Por conseguinte, quando a construção das moradias é concluída, os grandes empresários irão à procura de novos espaços para a construção de novos empreendimentos imobiliários. Com isso, a relação com a quantidade de corporações em determinado espaço, determina o quanto o espaço é mais fragmentado na disputa pelo desenvolvimento de uma determinada atividade. E é por meio das mudanças e agregação de valor da sua terra como mercadoria que os empresários podem medir a geração de sobrelucros². Esse valor adquirido inclui parte da identidade do local que também é representada pelos patrimônios históricos, que diferenciam a cidade de Paulista de outras da Região Metropolitana.

2 Entende-se por sobrelucro todo o ganho do capital que exceda o lucro à taxa média da economia.

Para que a renda fundiária agregada de valor gere lucros por meio da verticalização da cidade três fatores se tornam importantes: a capacidade que o agente construtor tem e as técnicas utilizadas por ele, o preço do solo e, a partir do valor do metro quadrado, o quanto a população está disposta a pagar. Como resultado, as transformações geradas pelas corporações acontecem com maior intensidade em locais com uma intensa divisão econômica e social do espaço, que são compreendidas por áreas onde os valores dos imóveis são preços de domínio comercial (de acordo com a legislação urbana local). Não obtendo essa divisão os imóveis passam a ser conquistados por indivíduos de outras regiões, segregando o espaço urbano central, como é o caso da cidade de Paulista.

A produção de arranha-céus e habitações verticais que a população local não pode pagar, só geram sobrelucros num mercado monopolizado, onde o poder de compra para obtenção de imóveis é a regra. O lucro final obtido pelo complexo imobiliário cobre todas as suas despesas com os seus condomínios, representadas pelos seus fortunados metros quadrados cheio de valores de troca.

Na lógica da estética da mercadoria, os construtores capitalistas irão investir em um produto no qual a possibilidade de captação de sobrelucro seja a maior possível. No entanto, o quanto as construtoras podem captar com seus lucros vai estar totalmente ligado com as tecnologias desenvolvidas por cada grupo imobiliário, tornando os centros políticos palcos comuns de renovações e ressignificados de usos.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Isabel Pinto. A Segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria (Org.). **A Cidade Contemporânea: Segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 111-126.
- ARANTES, O.B.F. **Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas**. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único – desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000 e 2011. pp.11-74
- BARBOSA, Adauto Gomes. **Exclusivismo socioespacial na Região Metropolitana do Recife: produção do espaço e governança do complexo imobiliário, residencial e de serviços Reserva do Paiva** (Tese de Doutorado). Recife, 2014
- CARLOS, Ana Fani A. São Paulo: **do capital industrial ao capital financeiro**. In: CARLOS, Ana Fani A. & OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.). *Geografias de São Paulo: a metrópole no século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004, (v. 2), p. 45-84.
- COSTA, Juliana de Fátima. **A paisagem do rio capibaribe como estratégia de marketing para o setor imobiliário**. Recife: *Universidade Federal de Pernambuco*; Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2010 (Dissertação) .
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HAESBAERT, Rogério. Território, cultura e des-territorialização. ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p.115-144.

HAUG, Wolfgang Fritz. **Crítica da estética da mercadoria**. Tradução: Erlom José Paschoal; colaboração: Jael Glauce da Fonseca. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Oxford: Blackwell Publishing, 2007.

SANTOS, Milton. **Metrópole corporativa fragmentada: o caso da São Paulo**. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

SMOLKA, M.O. **Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço**: elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica. Rio de Janeiro: PNPE, 1983.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ação pedagógica 15, 17, 18

Amapá 189, 190, 191, 197, 198, 201, 203, 204, 207, 208

Arroz 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

Atlas 37, 38, 39, 48, 49, 86, 127, 134, 136, 183, 187, 218, 253, 269

B

Beneficiamento 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 69, 70

C

Campanha gaúcha 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Cartografia tátil 1, 2, 3, 4, 13, 14

Cidadania 15, 17, 19, 24, 25, 26, 27, 123, 127, 129, 131, 136, 193, 215, 236

Cidades-gêmeas 189, 191, 192, 193, 200, 201, 202, 207

Comércio 57, 79, 81, 83, 85, 108, 109, 111, 114, 116, 163

Conhecimentos geográficos 15, 17, 18, 26, 27, 243

D

Democracia 120, 121, 122, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135

Diversidade 15, 17, 19, 25, 26, 27, 33, 39, 40, 50, 52, 55, 60, 94, 101, 200, 243, 260, 268

Docente 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 87, 108, 168

E

Empresas de publicidade 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185

Engenhos 75, 77, 78, 137, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 147, 150, 151

Ensino de geografia 1, 13, 16, 29, 35, 36, 243, 269

Estágio supervisionado 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36

F

Feminicídio 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

Fronteira franco-brasileira 189, 199, 201, 206

G

Gênero 54, 94, 174, 209, 210, 212, 213, 217, 218

Geografia agrária 37, 269

Gestão empresarial 179

Gestão urbana 120, 121, 122, 127, 131, 160, 168, 169, 171, 177

I

Influência 72, 74, 78, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 164, 180, 185, 197, 200, 262, 263, 265

Interior 55, 56, 57, 61, 62, 74, 77, 121, 132, 140, 194, 265

M

Mapas táteis 1, 3, 4, 12

Materiais 1, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 39, 53, 58, 73, 152, 153, 155, 156, 158, 162, 190, 195, 231, 245, 246

Mocambos 137, 138, 145, 146, 148, 149, 150, 151

Mulher 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218

N

Norte de Minas 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 48, 49

O

Oiapoque 189, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208

P

Participação 17, 19, 21, 25, 33, 42, 65, 72, 74, 110, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 156, 158, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 175, 184, 220, 228, 231, 236, 242, 245, 269

Planejamento 38, 64, 85, 116, 117, 119, 120, 128, 129, 133, 136, 138, 157, 160, 161, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 188, 202, 219, 220, 221, 224, 228, 229, 234

Plano plurianual 2018–2021 168

Política 53, 57, 59, 63, 67, 69, 95, 96, 107, 110, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 168, 170, 171, 176, 178, 181, 187, 193, 194, 201, 214, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 259

População 24, 44, 53, 55, 59, 63, 64, 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 90, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 111, 113, 115, 116, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 142, 146, 148, 161, 164, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 183, 187, 191, 193, 197, 198, 200, 213, 221, 231, 233, 236, 238, 241, 242, 245, 246, 250, 251, 265

Produção 1, 4, 12, 27, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 113, 118, 119, 128, 131, 135, 140, 142, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 171, 178, 181, 182, 189, 190, 194, 196, 201, 206, 217, 236, 243, 264

Produção do espaço 27, 85, 89, 118, 128, 152, 153, 155, 157, 158, 160, 162, 163, 164, 165,

166, 178, 189, 201, 206, 217, 243

R

Recife 36, 49, 85, 117, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 165, 166, 183, 230, 231, 232, 236, 237, 238, 240, 243, 244, 258, 259, 261, 263, 264, 267, 268

Rede urbana 86, 109, 110, 117, 118, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 207

Região imediata de Ituiutaba 87, 88, 90, 96, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106

Renda familiar 82, 87, 88, 89, 90, 92, 95, 96, 97, 104, 105

Renovação urbana 152, 154, 155, 160, 163, 171

R-existência 50, 51, 52, 55, 56

Rincões 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58

RPA-05 137, 138, 140, 151

S

São Paulo 6, 7, 9, 11, 12, 13, 28, 35, 36, 49, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 85, 86, 107, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 136, 138, 141, 142, 151, 154, 166, 167, 178, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 207, 208, 217, 243, 244, 252, 253, 267, 268, 269

Shopping center 108, 109, 112, 113, 114, 115, 116, 117

Subalternidade 50, 51, 55, 57, 215

Sustentabilidade 15, 17, 19, 25, 27, 168, 170, 177, 219, 220, 224, 229, 235, 243

T

Território 3, 26, 37, 38, 39, 46, 48, 49, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 81, 85, 86, 110, 123, 127, 131, 135, 137, 140, 145, 154, 164, 167, 171, 183, 186, 187, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 217, 226, 229, 239, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 254, 269

Território-fronteiriço 189

Timon 108, 109, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 119

V

Valorização das raridades urbanas 152

Violência 40, 54, 209, 210, 211, 212, 213, 215, 216, 217, 218, 247

Vulnerabilidade social 87, 88, 89, 90, 92, 93, 95, 96, 98, 104, 105, 106

 **Atena**
Editora

2 0 2 0